



GLADSTONE CAMPOS



POR ANA KANOPPA

Coordenadora de Políticas Florestais e Sustentabilidade da IBÁ

A NOVA FRONTEIRA ESTRATÉGICA DA ECONOMIA VERDE

O Brasil vive uma oportunidade histórica de liderar a economia verde global ao transformar a restauração ecológica e a silvicultura de espécies nativas em um novo polo de investimentos de longo prazo. Nos últimos anos, diferentes modelos produtivos emergiram no País, tornando-se tecnicamente robustos, com capacidade operacional em escala e aptos a gerar impactos socioeconômicos expressivos.

O potencial é inequívoco: publicação da McKinsey indica que o Brasil pode movimentar até US\$ 26 bilhões por ano com restauração, gerando 880 mil empregos, mais da metade deles nos próprios territórios onde os projetos acontecem. Outro artigo, publicado pelo WRI Brasil (2024), mostra que o mercado global de madeira tropical movimentou US\$ 992 bilhões em 2024 e cerca de US\$ 1 trilhão em 2025, crescendo a uma taxa anual composta (CAGR) de 4,7% até 2030. A produção



mundial soma 2,7 bilhões m³/ano, e tende a aumentar com a transição para uma economia de baixo carbono. No Brasil, apenas o potencial de 1,5 milhão de hectares de silvicultura de nativas já representa uma oportunidade relevante para atender a essa demanda.

O tema tem sido acompanhado de perto pelo GT de Restauração de Nativas da IBÁ, que reúne representantes das empresas de restauração e silvicultura de nativas associadas à entidade: Biomass, Carbon2Nature, Mombak, re.green e Symbiosis. O grupo vem debatendo os principais entraves para o desenvolvimento desse setor no País, além de levantar soluções para a superação desses desafios.

Estamos falando de um mercado privado nascente, com dinâmica própria e governança consolidada, mas que demanda investimentos robustos e de longo prazo.

O Brasil já dispõe de metodologias consolidadas, cadeias de sementes e mudas em expansão, sistemas de monitoramento sofisticados e crescente qualificação de mão de obra. O principal gargalo, portanto, não é técnico: é financeiro. Sem instrumentos compatíveis com o risco e a maturação dos projetos, esse segmento permanece limitado a poucos investidores, apesar da urgência climática e do enorme potencial brasileiro.

Para destravar essa fronteira, é essencial não apenas ambição técnica e política, mas também avançar em soluções financeiras feitas sob medida. Podemos citar como exemplo a estruturação de fundos garantidores, a criação de linhas de crédito específicas adaptadas aos retornos de longo prazo, seguros paramétricos e mecanismos de *blended finance*.

Segurança jurídica, previsibilidade e incentivos fiscais para estimular o setor

Outra importante frente para o avanço do setor é o acesso a mercados internacionais de carbono, o que passa pelo devido reconhecimento das remoções florestais nesses mercados. Passa também pela participação imediata e efetiva do Brasil no âmbito do Artigo 6 do Acordo de Paris, e por outras formas de cooperações internacionais, caso do Corsia (esquema de compensação e redução de carbono setorial para a aviação internacional, na sigla em inglês).

Para além do financiamento, é necessário o aprimoramento regulatório e fiscal a partir da isonomia tributária para esse setor que pode ser considerado estratégico, além de destravar o

acesso a terras e fortalecer cadeias de suprimento. Para a silvicultura de nativas, especificamente, um fator-chave para escala é ampliar a demanda, incentivando, por exemplo, o uso de madeira plantada e certificada na construção civil, especialmente em programas de habitação popular, levando os benefícios da economia de baixo carbono a toda a sociedade.

Retornos reputacionais e sociais

Os efeitos territoriais locais dessa agenda são igualmente transformadores. A restauração em escala cria um ecossistema de negócios que vai muito além do plantio de mudas e sementes: fortalece viveiros regionais, forma profissionais nos territórios, impulsiona cadeias de sementes, melhora a segurança alimentar com produtos não madeireiros e abre novas oportunidades para comunidades tradicionais, jovens e mulheres. Cada hectare restaurado representa também inovação, qualificação e novas alternativas econômicas.

Um futuro florestal

A COP30, realizada em novembro do ano passado em Belém, foi cunhada de a “COP da ação” por focar na implementação prática de compromissos climáticos. A restauração florestal e a silvicultura de nativas tornaram-se eixos centrais dessa agenda para converter metas ambientais em resultados econômicos e ecológicos. Nesse sentido, o lançamento de um grande mutirão abriu uma janela estratégica para posicionar a restauração florestal privada e a silvicultura nacional de nativas no centro da transição ecológica global. O setor esteve presente em peso na conferência, organizando, participando de painéis e jogando luz sobre os potenciais do Brasil.

O País reúne condições únicas: escala territorial, *expertise* florestal, agro tecnificado, biodiversidade sem paralelo e uma comunidade empresarial preparada para investir em soluções de alto impacto climático e social. Transformar esse potencial em realidade exige coordenação entre governo, setor privado, academia e sociedade. A restauração e a silvicultura de espécies nativas não são apenas uma agenda ambiental; são uma política de desenvolvimento, geração de renda e posicionamento global. Se o Brasil souber liderar esse movimento, poderá consolidar-se como a principal referência mundial em soluções baseadas na natureza – combinando floresta, inovação e prosperidade. ■